

# RESENHA: ARQUITETURA MODERNA, FOTOGRAFIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

BOTELHO, REINALDO (ORG.). *O VISÍVEL  
E O INVISÍVEL NA ARQUITETURA  
BRASILEIRA*. SÃO PAULO: DBA, 2017.

**MÔNICA JUNQUEIRA DE CAMARGO**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO,  
BRASIL.

Arquiteta, doutora em História da Arquitetura e livre-docente pela Universidade de São Paulo. Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, onde desenvolve a linha de pesquisa Arquitetura e Cidade Moderna e Contemporânea, particularmente arquitetura brasileira e patrimônio histórico. Diretora do Centro de Preservação Cultural da USP (2014-atual).

E-mail: junqueira.monica@usp.br

**Palavras-chave:** Arquitetura Moderna. Fotografia. Patrimônio Cultural

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i23p274-278>

A afinada parceria entre arquitetura e fotografia, travada desde a invenção desta última em meados do século XIX, tem sido um tema recorrente de publicações que constituíram referências fundamentais ao estudo da arquitetura e da fotografia. O suporte fotográfico, ainda que filtrado pelas lentes do autor, é um canal de comunicação dos mais eficientes, sobretudo para o público não especializado. Os desenhos e textos técnicos têm alcance restrito, enquanto a fotografia confere ao objeto uma condição de realidade, essencial para a compreensão do espaço. E para o campo disciplinar da fotografia, a arquitetura e a cidade são objetos extremamente atraentes, constituindo um inesgotável campo de investigação que permitem experimentações e a constante renovação de linguagem.

Sob o título de *O visível e o invisível na arquitetura brasileira*, organizado pelo pesquisador Reinaldo Botelho, o historiador da arquitetura José Tavares Correia de Lira e o fotógrafo Leonardo Finotti, ambos arquitetos de formação, analisaram 16 bens tombados de diferentes autores, lugares e tipologias, projetados entre as décadas de 1930 a 1960, sendo o primeiro o edifício Esther, de 1934, e o último, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, de 1961. Do conjunto de obras realizadas nesse período e oficialmente reconhecidas como patrimônio cultural, foram escolhidas três residências, dois museus, quatro edifícios de uso misto, quatro edifícios de serviços, dois conjuntos urbanos e uma

escola, estando concentradas em seis cidades: São Paulo com sete obras, Rio de Janeiro com quatro, e Belo Horizonte, Recife, Salvador e Brasília, cada qual com uma. A partir dessa seleção de ícones modernos, na leitura dos dois autores foi possível revisitar a cultura arquitetônica nacional, cotejando-a com os discursos criados a partir dela. Segundo Lira (2017, p. 8), “em busca de suas marcas do tempo e de sua vivacidade estética, talvez possamos uma vez mais sacudir os horizontes de sentido que lhe conferem duração”.

A seleção dos 16 representantes de um conjunto que ultrapassa, considerando apenas o órgão federal — Iphan —, seis dezenas de obras modernas tombadas no país, bem como o recorte temporal, cujo critério não explicitado é já, *per si*, um desafio, instiga a curiosidade do leitor. Dentre os selecionados, alguns são amplamente reconhecidos nacional e internacionalmente, outros têm alcance mais restrito, de domínio do público local ou de especialistas da área do patrimônio moderno, que são criteriosamente analisados ao longo do texto tanto como manifestação artística quanto como agentes de um contexto cultural, político, social, econômico e profissional. São dois ensaios autônomos, cuja relação é sutilmente estabelecida por meio do destaque em negrito ao longo do texto das obras fotografadas.

A narrativa histórica situa essas obras no amplo processo de modernização e na constituição do campo patrimonial do país. Segundo Lira, a arquitetura teve papel decisivo na construção de uma identidade nacional, uma vez que esteve associada à consolidação institucional da própria ideia de patrimônio cultural do país. Resultantes do diálogo entre as condições locais, sejam elas climáticas ou construtivas, e o corolário moderno dos mestres estrangeiros, mais precisamente Le Corbusier, esses bens culturais constituem um acervo que permite recuperar aspectos importantes da construção do próprio campo disciplinar da arquitetura no Brasil. É nesse período que se deu a institucionalização da profissão, com a criação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) nos primeiros anos da década de 1930, e da autonomia do ensino de arquitetura em meados da década de 1940. Ao situar esses bens em conjunto maior de obras que lhes são contemporâneas e realizadas pelo país afora, Lira confere seu sentido histórico no âmbito

do panorama da produção arquitetônica moderna, do qual esses bens se destacam.

Da mesma forma com que circunda as obras e adentra os ambientes, colocando o leitor em sintonia com suas observações e sensações, Lira perscruta suas referências em estreito diálogo com os autores citados. Se, por um lado, o discurso preza pela fluidez, em tom quase coloquial, pois, com grande naturalidade, o autor discorre uma longa lista de nomes de arquitetos e de obras, como se já fossem conhecidos de todos, por outro, as cento e cinquenta e três notas ao final do texto resgatam parte importante do processo de construção da arquitetura moderna brasileira, revelando sua erudição. A imbricada articulação de ideias estabelecida entre críticos e historiadores, tanto daqueles contemporâneos aos fatos como dos mais recentes, ora confrontando posturas, ora recuperando informações obliteradas pela historiografia, promove uma abrangente revisão de textos canônicos ao mesmo tempo em que dá luz a autores poucos difundidos e a trabalhos acadêmicos nem sempre referenciados. Com relação à seleção de obras, o recorte temporal e tipológico reforça a versão canônica de modernidade brasileira, e a trama construída busca discuti-las sob múltiplos parâmetros, abrindo o leque das possibilidades de leitura desse acervo.

O ensaio de Leonardo Finotti revisita essas obras, algumas delas já amplamente registradas por fotógrafos nacionais e estrangeiros, promovendo a atualização do estado de conservação desse patrimônio arquitetônico, cujas imagens recuperam a trajetória construtiva desses bens culturais e do contexto no qual se inserem, constituindo uma contribuição inédita. Trazer a público a situação desses bens, expondo a pátina do tempo, as deteriorações e intervenções a que foram submetidos, revela a compreensão e o interesse público pelo patrimônio arquitetônico bem como põe em cheque a própria noção de patrimônio.

O conjunto de imagens requereu cuidadosa seleção, pois, como reconhecido fotógrafo de arquitetura, Finotti vem sendo solicitado a documentar a produção nacional e internacional há algumas décadas, o que, em tempos digitais, deve tê-lo feito acumular um extenso acervo. Para além das qualidades técnicas e estéticas de suas imagens, há um evidente compromisso de registro histórico, verificável na coerência da linguagem adotada, na qual o enquadramento, a perspectiva, a profundidade e os

efeitos de luz e sombra estão harmonicamente orquestrados para revelar o patrimônio arquitetônico. Todas as obras estão apresentadas interna e externamente, cuja sequência sugere um percurso de aproximação: a obra em seu contexto seguida dos espaços internos e dos detalhes. Chama atenção, em alguns casos, a impossibilidade de visualização completa desses bens, seja pela atual exuberância da vegetação, seja pela densidade das construções que impedem, de qualquer ângulo, a completa apreensão das fachadas. Comparadas às imagens da época de sua inauguração, constata-se um cenário muito diverso daquele para os quais essas obras foram pensadas, comprometendo, em alguns casos, a relação de escala e proporção, conforme registros das primeiras publicações sobre a arquitetura moderna brasileira: *Brazil Builds*, de Kidder Smith e Philip Goodwin, de 1943, e *Modern Architecture in Brazil*, de Henrique Mindlin, de 1956.

Tendo por objetivo a afirmação e difusão da arquitetura moderna brasileira, pode-se concluir, passados mais de 70 anos de seu lançamento, que esses trabalhos pioneiros tiveram uma boa fundamentação teórica, pois dos 16 bens culturais selecionados por Lira e Finotti, três foram apresentados no catálogo *Brazil Builds*, e nove, em *Modern Architecture in Brazil*. Ao passo que Goodwin & Smith e Mindlin lançavam as justificativas históricas para nossa modernidade arquitetônica, os ensaios de Lira e Finotti corroboram o valor dessa produção como patrimônio nacional.